



**TERMO DE CONTRATO N.º 042/2016 – SDE - DRL**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE MEDIANTE  
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS - PROCESSO RLL N.º 0036/2016.**

**I - CONTRATANTE:** **FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA-SP**, instituída pela Lei n.º 185, de 12 de dezembro de 1973, com respectivas alterações, por sua **DIVISÃO REGIONAL LITORAL**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 44.480.283/0139-27, localizada na Avenida Presidente Kennedy nº 4.894, Vila Tupi, Praia Grande, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma dos seus Estatutos, por sua Presidente **Berenice Maria Giannella**, designada por meio do Decreto de 18-6-2015, publicado no DOE, de 19-06-2015 e por seu Diretor de Divisão **João Carlos do Espírito Santo**, nomeado nos termos da Portaria Administrativa n.º 116/2008, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**.

**II - CONTRATADA:** **HS LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 10.606.395/0001-24, localizada na Rua da Consolação, nº 331, loja 06, Consolação, São Paulo, SP, CEP 01301-905, neste ato representada por seu sócio administrador **Daniel Ribeiro Huss**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade n.º 26.712.162-3 – SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 285.589.748-37, conforme consta da Cláusula sétima do Contrato Social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

**PREÂMBULO**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes acima mencionadas e qualificadas têm entre si justo e acertado o presente Termo de Contrato n.º 042/2016 – SDE - DRL, objetivando a prestação de serviço de transporte mediante locação de veículos com condutor e combustível, no qual se submetem as partes às cláusulas e condições adiante estipuladas, que reciprocamente se outorgam e aceitam e que darão integral cumprimento, por si, seus herdeiros ou sucessores, a qualquer título.

A lavratura do presente contrato decorre da modalidade de licitação denominada PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA - PREGÃO ELETRÔNICO DRL n.º 011/16, advinda da CI DRL n.º 0222/16, que deu origem ao PROCESSO RLL n.º 0036/2016, realizada com arrimo nas disposições contidas na Lei federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto estadual n.º 49.722, de 24 de junho de 2005 e Resolução da Casa Civil n.º 27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se subsidiariamente, o Decreto estadual n.º 47.297, de 06 de novembro de 2002 e a Portaria Normativa n.º 063, de 06 de agosto de 2003, sujeitando-se, as partes contratantes às normas estabelecidas na Lei federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e na Lei estadual n.º 6.544, de 22 de novembro de 1989, com alterações respectivas, bem como, pelas demais normas legais e regulamentares vigentes aplicáveis à matéria, incluindo-se,



aqui, o estudo contido no VOLUME 16 "Prestação de Serviço de Transporte mediante Locação de Veículos", editado pela Secretaria da Fazenda, e as cláusulas contratuais que reciprocamente se outorgam e aceitam.

### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços de transporte mediante disponibilização de veículos, do Grupo S-2 - Minivans/monovolumes e Vans acima de 9 lugares, em caráter não eventual, com condutor e combustível, objetivando o transporte de adolescentes sob a tutela do Estado e o deslocamento de servidores para apoio das atividades técnico-administrativas dos Centros de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - CASA's Mauá, São Bernardo I e II vinculados a Divisão Regional Litoral, da **CONTRATANTE**.

§ 1º A execução do objeto contratual deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

§ 2º O regime de execução deste Contrato é o de empreitada por preço unitário.

### CLÁUSULA SEGUNDA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E DA SUA DURAÇÃO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas contratuais aqui avençadas e ainda pelos preceitos legais de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54, da Lei federal nº 8.666/93 c.c. XII, do mesmo diploma legal.

§ 1º A **CONTRATANTE** se incumbirá de supervisionar, acompanhar, fiscalizar, orientar e interferir no correto cumprimento da prestação dos serviços contratados objetivando assegurar a fiel observância dos aspectos técnico-funcionais e de qualidade, não retirando ou atenuando a responsabilidades técnica e os encargos próprios por parte da **CONTRATADA**.

§ 2º A duração da presente contratação será de **15 (quinze) meses** consecutivos e ininterruptos, contados da data da expedição da **ORDEM DE INÍCIO**, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta meses) conforme estabelece o inc. II do art. 57 da Lei federal nº 8.666/93, desde que as partes se manifestem com antecedência de 90 (noventa) dias do término do prazo do contrato ou da prorrogação do prazo de vigência em curso.

I - Dentre outras exigências, a prorrogação deste ajuste somente será formalizada caso os preços mantenham-se vantajosos para a **CONTRATANTE** e consistentes com o mercado, tendo por base os preços referenciais divulgados nos Cadernos Técnicos de Serviços Terceirizados - CADTERC.

II - Eventual prorrogação de prazo de vigência será formalizada mediante a celebração de Termo Aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei federal nº 8.666/93.



§ 3º A **CONTRATADA** poderá se opor à prorrogação do prazo de vigência desde que o faça mediante documento escrito a ser recepcionado pela **CONTRATANTE**, e dentro do prazo previsto no caput desta cláusula.

§ 4º Não obstante o prazo estipulado no § 2º da **CLÁUSULA SEGUNDA**, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do presente ajuste ficará sujeita a condição resolutive consubstanciada na inexistência de recursos orçamentários aprovados nas respectivas normas de execução orçamentária de cada exercício para atender as respectivas despesas.

§ 5º Ocorrendo a rescisão do contrato com base na condição estipulada no parágrafo anterior, a **CONTRATADA** não terá direito a qualquer espécie de indenização.

§ 6º A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por razões de conveniência e interesse público da **CONTRATANTE**, não gerará para a **CONTRATADA** direito a qualquer espécie de indenização.

### **CLÁUSULA TERCEIRA** **DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O objeto deste Contrato deverá ser executado em conformidade com as **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** e que ora constitui o **ANEXO I** deste instrumento, observadas todas as condições ali previstas.

**Parágrafo único.** Os serviços de que trata o objeto do presente contrato será executado nos endereços constantes do **ANEXO I** deste ajuste e terá início em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da expedição da **ORDEN DE INÍCIO** pela **CONTRATANTE**.

### **CLÁUSULA QUARTA** **DA FISCALIZAÇÃO/CONTROLE DO OBJETO**

Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à **CONTRATANTE** é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, de acordo com o estabelecido nas **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**.

**Parágrafo Único.** O objeto contratado será acompanhado e fiscalizado por gestor a ser designado pela **CONTRATANTE** em ato próprio, que exercerá suas atividades de acordo com todas as cláusulas constantes deste ajuste e demais das, dos quais tem pleno conhecimento, e com observância ao disposto na Lei federal n.º 8.666/93 e demais legislação vigente.

### **CLÁUSULA QUINTA** **DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Pela prestação dos serviços descritos na **CLÁUSULA PRIMEIRA** supra, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor estimado mensal



de R\$ 47.949,40 (quarenta e sete mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos), não cabendo à **CONTRATANTE** nenhum encargo adicional.

I - Os preços estão referidos ao mês de: **MAIO/2015**.

§ 1º A **CONTRATADA** se obriga a executar os serviços objeto deste Contrato, pelos preços à vista, constantes da sua proposta comercial e deste ajuste, adequados à oferta vencedora, nos quais estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como, os encargos, os benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza.

§ 2º O valor total do presente contrato perfaz a quantia de R\$ 719.241,00 (setecentos e dezenove mil, duzentos e quarenta e um reais), cujas despesas onerarão os recursos orçamentários consignados no Programa de Trabalho 14.243.1729.5907.0000, com Natureza de Despesa 33.90.33.43 e Fonte de Recurso 001001001, sendo empenhada a importância de R\$ 228.558,81 (duzentos e vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e um centavos), para cobrir as despesas decorrentes do presente exercício, ficando o saldo remanescente por conta dos recursos orçamentários consignados no exercício seguinte.

#### CLÁUSULA SEXTA DO REAJUSTE DE PREÇOS E SINDICATO REPRESENTATIVO DA CLASSE

Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, em especial o Decreto estadual nº 48.326, de 12 de dezembro de 2003 e as disposições da Resolução CC-79, de 12 de dezembro de 2003, mediante a aplicação da seguinte fórmula paramétrica:

$$R = P_o \cdot \left[ \left( \frac{IPC}{IPC_o} \right) - 1 \right]$$

**R** = parcela de reajuste;  
**P<sub>o</sub>** = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;  
**Onde:** **IPC/IPC<sub>o</sub>** = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

Mês de referência dos preços: MAIO/2015

§ 1º A periodicidade anual para efeito de reajuste de preços será contada a partir da data/base considerada o mês de referência dos preços.

§ 2º O Sindicato representativo da categoria profissional envolvida nos serviços contratados a ser adotado é o **SEEDESP**.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS



Após o término de cada período mensal, a **CONTRATADA** elaborará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços efetivamente realizados.

**Parágrafo Único.** As medições para efeito de pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

I - O valor devido referente à locação mensal do mês da entrega dos veículos será calculado proporcionalmente aos dias decorridos desde a data em que o veículo tiver sido entregue e aceito pela **CONTRATANTE** até o último dia do mês.

II - Até o 5º dia útil subsequente ao mês em que foram prestados os serviços, a **CONTRATADA** entregará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados.

III - A **CONTRATANTE** solicitará à **CONTRATADA**, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da Nota fiscal.

IV - Serão considerados somente os serviços efetivamente executados e apurados da seguinte forma:

- a) O valor dos pagamentos de cada item será obtido mediante a soma do preço fixo contratual e aplicação do respectivo preço unitário variável contratado às correspondentes quantidades de quilômetros efetivamente rodados, descontadas as importâncias relativas a serviços não executados por motivos imputáveis à **CONTRATADA**;
- b) A realização dos descontos indicados na alínea "a" não prejudica a aplicação de sanções à **CONTRATADA**, por conta da não execução dos serviços.

V - Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a **CONTRATANTE** atestará a medição mensal, comunicando à **CONTRATADA**, no prazo de 03 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados.

VI - As faturas deverão ser emitidas pela **CONTRATADA** contra a **CONTRATANTE** (Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA - Divisão Regional Litoral, localizada na Avenida Presidente Kennedy, nº 4894, Vila Tupy – Praia Grande - São Paulo – CEP 11703-200, e apresentadas ao Gestor do contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA DE OUTRAS DESPESAS

No caso de viagens em que seja necessário pernoite do motorista, as despesas com estadia e refeições serão reembolsadas à **CONTRATADA**,



pelo valor correspondente a 7,23 (sete virgula vinte e três) UFESPs (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo) conforme ANEXO II da Portaria Normativa nº 266, de 19 de janeiro de 2015, da **CONTRATANTE**.

§ 1º Estima-se a necessidade de 25 (vinte e cinco) pernoites por mês, que será informada à **CONTRATADA** com, no mínimo, 24 horas de antecedência.

§ 2º O reembolso será feito mensalmente, desde que informado no relatório que acompanha a Nota fiscal de serviços conforme referido na CLÁUSULA SÉTIMA deste Contrato.

§ 3º O valor da UFESP será aquele vigente na data da ocorrência da viagem.

#### CLÁUSULA NONA DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados mensalmente em conformidade com as medições, mediante a apresentação dos originais da Nota Fiscal/Fatura, bem como dos comprovantes de recolhimento do FGTS, correspondentes ao período de execução dos serviços e à mão de obra alocada para esse fim.

§ 1º Por ocasião da apresentação à **CONTRATANTE** da Nota Fiscal/Fatura, a **CONTRATADA** deverá fazer prova do recolhimento mensal da GPS e FGTS, por meio das guias de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP.

I - As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas, que deverão corresponder ao período de execução e por tomador de serviço **CONTRATANTE**, são:

- a) Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pelo Conectividade Social;
- b) Guia de Recolhimento do FGTS – GRF, gerada e impressa pelo SEFIP, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;
- c) Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP – RE;
- d) Relação de Tomadores / Obras – RET.

II - Se por ocasião da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do FGTS, quando for o caso, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a **CONTRATADA** apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

III - A não apresentação dessas comprovações assegura a **CONTRATANTE** o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

§ 2º A **CONTRATANTE** emitirá uma GPS – (Guia da Previdência Social) específica para cada **CONTRATADA** em cada Nota Fiscal/Fatura. O valor a ser recolhido na competência não pode ser inferior ao estabelecido na legislação vigente – (Instrução Normativa 971/2009, com nova redação dada pelo artigo 398 da Instrução Normativa 1.238/2012).



I - Se o valor a ser recolhido for inferior ao estabelecido no § 2º, deverá ser adicionado ao valor devido na competência seguinte, e assim sucessivamente, até atingir o valor mínimo permitido para recolhimento, observado o seguinte:

- a) Ficam sujeitos aos acréscimos legais, os valores não recolhidos a partir da competência em que for alcançado o valor mínimo.
- b) O valor acumulado deverá ser recolhido em documento de arrecadação em código de recolhimento da mesma natureza.

§ 3º Quando da apresentação do documento de cobrança, a CONTRATADA deverá elaborar e entregar a CONTRATANTE.

a) Cópia da folha de pagamento específica para os serviços realizados sob o contrato identificando o número do contrato, a unidade que o administra, relacionando, respectivamente todos os segurados à disposição desta e informando:

- a.1) Nome dos segurados;
- a.2) Cargo ou função;
- a.3) Remuneração, discriminando separadamente as parcelas sujeitas ou não à incidência das contribuições previdenciárias;
- a.4) Descontos legais;
- a.5) Quantidade de quotas e valor pago a título de salário-família;
- a.6) Totalização por rubrica e geral;
- a.7) Resumo geral consolidado da folha de pagamento e

b) Demonstrativo mensal assinado por seu representante legal, individualizado por CONTRATANTE, com as seguintes informações:

- b.1) Nome e CNPJ da **CONTRATANTE**;
- b.2) Data de emissão do documento de cobrança;
- b.3) Número do documento de cobrança;
- b.4) Valor bruto, retenção e valor líquido (recebido) do documento de cobrança;
- b.5) Totalização dos valores e sua consolidação.

c) Os documentos solicitados nas alíneas "a" e "b" anteriores deverão ser entregues à **CONTRATANTE** na mesma oportunidade da Nota Fiscal/Fatura, equivalente.

§ 4º Nos termos do artigo 31 da Lei Federal nº 8.212, de 24.07.91, alterado pela Lei Federal nº 9.711, de 20.11.98, e Instrução Normativa RFB nº 971, de 13.11.2009, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.453, de 12.01.2014, a **CONTRATANTE** reterá 11% (onze por cento) sobre o mínimo de 30% (trinta por cento), do valor bruto da Nota Fiscal/ Fatura, obrigando-se a recolher em nome da **CONTRATADA**, a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão do respectivo documento de cobrança ou o dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário naquele dia

I - Ou poderão ser deduzidos da base de cálculos da retenção, os valores dos custos de fornecimento incorridos pela **LICITANTE** a título de vale-transporte e de vale-refeição, nos termos da legislação própria. Tais parcelas deverão estar discriminadas na Nota Fiscal/Fatura

**II** - Quando da emissão da Nota Fiscal/Fatura, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL.

**III** - A falta de destaque do valor da retenção no documento de cobrança impossibilitará a CONTRATADA a efetuar sua compensação junto ao INSS, ficando a critério da CONTRATANTE proceder à retenção/recolhimento devidos sobre o valor bruto da Nota Fiscal/Fatura ou devolvê-lo à CONTRATADA.

**IV** - A não apresentação dessas comprovações assegura a CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos seguintes.

**§ 5º** O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN é devido no Município que a prestação dos serviços estiver envolvida, em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar n.º 116, de 31/07/2003, bem como efetuar o competente registro na Secretaria Municipal de Finanças.

**I** - Quando da emissão da Nota Fiscal/Fatura, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA O ISS". Considera-se preço do serviço à receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

**II** - Nos Municípios onde não há legislação municipal determinando a retenção da quantia referente ao ISS pela CONTRATANTE, o recolhimento ficará a cargo do prestador do serviço. Caso a lei determine seu recolhimento na fonte, será emitida guia de recolhimento concernente à Prefeitura onde o serviço estiver sendo prestado.

**§ 6º** Os pagamentos serão efetuados mediante crédito aberto no Banco do Brasil S/A, em agência indicada pela CONTRATADA, nos termos do Decreto Estadual n.º 55.357 de 18/01/10, sendo que a data da exigibilidade do referido pagamento será estabelecida, observada as seguintes condições:

- a)** Em 30 (trinta) dias, contados da respectiva medição, desde que a correspondente Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos documentos, referidos no "caput" desta CLAUSULA NONA, seja protocolada na Divisão Regional Litoral, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob n.º 44.480.283/0139-27, situada na Avenida Presidente Kennedy, nº 4894, Vila Tupi – Praia Grande - São Paulo – CEP 11703-200, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados do recebimento da comunicação de que trata o inciso V da CLAUSULA SÉTIMA - Da Medição dos Serviços Prestados.
- b)** A não observância do prazo previsto para apresentação das faturas ou a sua apresentação com incorreções ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos e/ou as incorreções verificadas.

**§ 7º** O pagamento devido pela prestação dos serviços está condicionado à comprovação de regularidade Fiscal perante o Instituto Nacional de Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (GPS e FGTS), cujas certidões deverão estar obrigatoriamente dentro do prazo de validade por ocasião da sua apresentação, em vista do disposto no artigo 195 § 3º da Constituição Federativa do Brasil.





I - Além do disposto no § 7º, a CONTRATADA deverá apresentar todas as certidões relativas à Regularidade Fiscal e Trabalhista, dentro do seu prazo de validade.

§ 8º Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei Estadual n.º 6.544/89, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore", em relação ao atraso verificado.

§ 9º Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento.

§ 10 Quando for constatada irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à CONTRATADA carta de correção para regularização de erro ocorrido na emissão do documento fiscal, de acordo com o Comunicado SINIEF 01 de 30/03/07, que deverá ser encaminhada ao gestor da CONTRATANTE no prazo de 02 (dois) dias e desde que o erro não esteja relacionado aos seguintes fatores:

- a) Variáveis que determinam o valor do imposto tais como: base de cálculo, alíquota, diferença de preço, quantidade, valor da operação ou da prestação.
- b) Correção de dados cadastrais que impliquem mudança do remetente ou do destinatário.
- c) Data de emissão ou de saída.

#### CLÁUSULA DEZ DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite legal.

**Parágrafo único** - Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente Contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e respectivas atualizações.

#### CLÁUSULA ONZE DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das disposições contidas nas cláusulas e no anexo deste Contrato e em cumprimento às obrigações contratuais, além das decorrentes de lei e de normas regulamentares, constituem encargos específicos da CONTRATADA:

I - Iniciar os serviços descritos na Cláusula 1ª, retro, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE em conformidade com as **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, que ora constitui o **ANEXO I** deste instrumento, observando todas as condições, regras, obrigações e locais ali previstos.

II - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução.

III - Justificar por escrito eventuais motivos que impeçam a execução deste Contrato, podendo a **CONTRATANTE** aceitá-los ou não para aplicação das penalidades nele previstas.

IV - Manter sigilo sobre dados ou informações a que venha ter acesso em decorrência do serviço prestado, salvo quando expressamente autorizados pela **CONTRATANTE**.

§ 1º A **CONTRATADA** é responsável por eventuais danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela **CONTRATANTE**.

§ 2º A **CONTRATADA** se responsabiliza por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato, assim como os tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, que sejam devidos em decorrência direta ou indireta deste contrato.

§ 3º A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no caput desta cláusula não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento e nem poderá onerar o objeto do presente instrumento.

§ 4º A **CONTRATADA** fica obrigada a manter durante toda a execução deste Contrato, compatibilidade com as obrigações aqui assumidas bem como aquelas que culminaram na sua contratação, notadamente em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, consoante determina o art. 55, inc. XIII, da Lei federal nº. 8.666/93 e alterações que lhe foram introduzidas.

#### **CLÁUSULA DOZE** **DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

Além das obrigações estabelecidas nas **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, a **CONTRATANTE** também se responsabiliza a:

I - Prestar todas as informações possíveis à **CONTRATADA** para execução do objeto do contrato.

II - Garantir acesso necessário à **CONTRATADA** nas dependências da **CONTRATANTE** de forma a permitir o cumprimento do objeto deste ajuste, observadas suas normas de segurança.

III - Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, conforme disposto neste instrumento e dentro das condições aprazadas.

IV - Manter sistema de controle dos serviços executados, garantindo o cumprimento do horário de prestação de serviços estipulado pela **CONTRATANTE**.



V - Indicar o responsável pela gestão do contrato, a quem competirá a fiscalização dos serviços, a qualquer instante, solicitando à **CONTRATADA**, sempre que achar conveniente, informações acerca do seu andamento.

#### CLÁUSULA TREZE DA GARANTIA CONTRATUAL

Nos termos do art. 56, *caput* e § 3º do Estatuto das Licitações, a **CONTRATADA** ofereceu à **CONTRATANTE**, em garantia ao cumprimento do presente contrato garantia contratual equivalente a 3% (três por cento) sobre o valor total da presente contratação, perfazendo a quantia de **R\$ 21.577,23** (vinte e um mil, quinhentos e setenta e sete reais e vinte e três centavos), consoante comprova a cópia reprográfica do documento que ora é anexado ao presente instrumento, a teor do que dispõe o § 2º do referido artigo.

§ 1º A garantia mencionada no *caput* desta Cláusula deverá ter o seu valor atualizado e o período correspondente estendido na mesma proporção em que for reajustado o valor do contrato e prorrogado o seu prazo de vigência.

§ 2º A garantia prestada pela **CONTRATADA** será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º do art. 56 da Lei federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUATORZE DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, c.c. artigo 22 da Portaria Normativa n.º 063/2003.

§ 1º A sanção de que trata o *caput* desta Cláusula Quatorze poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Portaria Normativa n.º 204, de 16 de maio de 2011, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP) e no sítio [www.sancoes.sp.gov.br](http://www.sancoes.sp.gov.br).

§ 2º A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de descontar do valor das faturas, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas.

§ 3º As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

#### CLÁUSULA QUINZE DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

*de*  
*J*  
*JA*  
*PA*



A CONTRATADA é responsável pela execução integral deste Contrato, sendo vedada a subcontratação total ou parcial de seu objeto, bem como a sua cessão ou transferência, total ou parcial, sob pena da aplicação das sanções previstas na CLÁUSULA QUATORZE.

§ 1º Este Contrato ou os direitos e vantagens de qualquer natureza nele previstos, dele derivados ou a ele vinculados, não poderão, sob nenhum fundamento ou pretexto, ser negociados, dados em garantia ou caucionados, sem prévia autorização escrita da CONTRATANTE.

§ 2º Serão de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, os relatórios, planos estatísticos e quaisquer outros documentos elaborados pela CONTRATADA, referente ao objeto executado por ela.

#### **CLÁUSULA DEZESSEIS DA RESCISÃO CONTRATUAL E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE**

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 75 a 82 da Lei Estadual n.º 6.544/89 e artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal n.º 8.666/93.

**Parágrafo único** - A CONTRATADA reconhece, desde já, os direitos da CONTRATANTE no caso de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal n.º 8.666/93, e no artigo 77 da Lei Estadual 6.544/89.

#### **CLÁUSULA DEZESSETE DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Fica ajustado, ainda, que:

§ 1º Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

- a) o Edital do Pregão Eletrônico DRL nº 011/2016 e seus anexos;
- b) as Especificações Técnicas, contendo a descrição dos serviços – **Anexo I**;
- c) a Planilha de Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, relativa ao Pregão Eletrônico DRL nº 011/2016 – **Anexo II**;
- d) Adendo e Anexos - **Anexo III**;
- e) a Portaria Normativa nº 204/2011 – **Anexo IV**.

§ 2º Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002 Decreto Estadual nº 49.722, de 24 de junho de 2005; Regulamento anexo à Resolução nº CC-27, de 25.05.2006, alterado pela Resolução CC-52, 26.11.2009; Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.




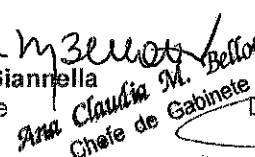
§ 3º Para dirimir quaisquer questões decorrentes do contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.


E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que lido e achado conforme pelas partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença de testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, 08 de agosto de 2016.

**CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE – FUNDAÇÃO CASA**

  
Berenice Maria Giannella  
Presidente

  
Ana Claudia M. Bellotti  
Chefe de Gabinete

  
João Carlos do Espírito Santo  
Diretor da Divisão Regional Litoral

**CONTRATADA: HS LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA - EPP**

  
Daniel Ribeiro Huss  
Sócio Administrador

**TESTEMUNHAS:**

  
Carlos Eduardo Vieira  
Especialista Administrativo

  
Romes Aziz Sabbag  
Diretor da Divisão de Suprimentos

ANEXO I  
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO DRL N.º 011/2016 - PROCESSO RLL N.º 0036/16

1. OBJETO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1.1 Prestação de Serviços de Transporte mediante disponibilização de veículos em caráter não eventual, com condutor e combustível, objetivando o transporte de adolescentes sob a tutela do Estado e o deslocamento de servidores para apoio das atividades técnico-administrativas.
- 1.2 Considera-se locação em caráter não eventual a locação de veículos para utilização em serviço público de natureza permanente ou de longa duração.
- 1.3 O desenvolvimento dos serviços será efetuado com a disponibilização de veículos, com condutores, combustível e a devida manutenção, conforme consta na Descrição dos Serviços.
- 1.4 O objeto deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS VEÍCULOS

2.1 CLASSIFICAÇÃO E CATEGORIA DOS VEÍCULOS

- 2.1.1 **GRUPO S2 - Minivans/Monovolumes:** veículos, preferencialmente de fabricação nacional, cor branca, versão básica da linha e adequado ao transporte misto de cargas leves e de passageiros, com ar condicionado e película de filme escuro nos vidros.
- 2.1.2 **GRUPO S2 - Van acima de 9 lugares:** veículos, preferencialmente de fabricação nacional, cor branca, versão básica da linha e adequado ao transporte misto de cargas leves e de passageiros, com ar condicionado e película de filme escuro nos vidros.

2.2 COMBUSTÍVEL

Conforme Decreto estadual nº 59.038, de 3 de abril de 2013, a locação de veículos, pela Administração Direta e Indireta do Estado, deverá recair, preferencialmente, nos movidos a etanol.

2.3 ACESSÓRIOS

Os veículos devem estar na versão básica de linha de produção, contendo, adicionalmente, os seguintes equipamentos opcionais: ar condicionado e película de filme escuro nos vidros.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

- 3.1.1 A prestação dos serviços se dará mediante a disponibilização dos veículos com condutor e combustível, na quantidade relacionada e no local indicado pela **CONTRATANTE**;
- 3.1.2 Os veículos deverão ser zero km e corresponderem ao ano/modelo indicado na licitação.
- a) A entrega dos veículos para a prestação dos serviços será efetuada em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da data da expedição da **ORDEM DE INÍCIO** pela **CONTRATANTE**, somente nos dias úteis, das 08 às 18 horas, mediante prévio agendamento por meio do telefone (13) 3471-7557, nos seguintes locais:
- a.1) Veículos dos itens 02 e 04 - CASA São Bernardo I e II, localizado na Rua Servidão Particular, nº 112 – Batistini – São Bernardo do Campo – SP – CEP 09842-095.
- a.2) Veículos dos itens 01 e 03 - CASA Mauá, localizado na Av. Papa João XXIII, nº 3741 – Vila Noemia – Mauá – SP – CEP 09370-800.
- 3.1.3 A **CONTRATADA** somente poderá iniciar os serviços, quando autorizados por escrito pela **CONTRATANTE**, utilizando-se apenas de veículos em perfeito estado de funcionamento, conservação e higiene.
- 3.1.4 O veículo deverá estar devidamente habilitado pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN.
- a) Em conformidade com o Decreto estadual nº 51.479, de 11 de janeiro de 2007 quando da contratação destinada à locação de veículos, será exigido o prévio e específico registro dos correspondentes veículos perante o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SP.
- 3.1.5 Os veículos deverão ser disponibilizados com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima;
- 3.1.6 Os veículos locados serão objeto de vistoria, anotando-se na "Ficha de Vistoria" todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega;
- 3.1.7 Os veículos serão identificados com logotipo da **CONTRATANTE**, conforme estabelece a legislação vigente;
- 3.1.8 O registro, a atribuição dos caracteres de identificação externa (placas de identificação) e a expedição dos Certificados de Registro de Veículo e de Licenciamento (CRVL), durante o período contratual, atenderão às exigências administrativas pertinentes, em conformidade com o Decreto estadual nº 51.479, de 11 de janeiro de 2007;
- 3.1.9 Os veículos serão disponibilizados com numeração final de placa diferenciada, com vistas a minimizar a interrupção de uso nos dias de rodízio municipal de veículos na Cidade de São Paulo, conforme legislação específica.

### 3.2 DAS QUANTIDADES, TIPOS – CLASSIFICAÇÕES, HORÁRIOS E OUTRAS DESPESAS

Local de Apresentação para a Prestação dos Serviços	Qtde.	Classificação / descrição	Dias / Horários
<b>CASA Mauá</b> Av Papa João XXIII nº 3741 – Vila Noemia - Mauá - SP – CEP 09370-800	01	Veículo do Grupo S2 Minivans/Monovolumes	Segunda a Domingo – 12 (doze) horas diárias
<b>CASAs SÃO BERNARDO I e II</b> Rua Servidão Particular, n.º 112 – Batistini – São Bernardo do Campo - SP – CEP 09842-095	01	Veículo do Grupo S2 Minivans/Monovolumes	Segunda a Domingo – 12 (doze) horas diárias
<b>CASA Mauá</b> Av Papa João XXIII nº 3741 – Vila Noemia - Mauá - SP – CEP 09370-800	01	Veículo do Grupo S2 – Van acima de 9 lugares	Segunda a Sexta-Feira - 12 (doze) horas diárias
<b>CASAs SÃO BERNARDO I e II</b> Rua Servidão Particular, n.º 112 – Batistini – São Bernardo do Campo - SP – CEP 09842-095	01	Veículo do Grupo S2 – Van acima de 9 lugares	Segunda a Sexta-Feira - 12 (doze) horas diárias

**3.2.1** Estima-se a previsão mensal de 20.000 km/mês para a quantidade de veículos contratada, sendo que a **CONTRATANTE** pagará somente pela quilometragem efetivamente rodada.

**3.2.2** Estima-se, ainda, a previsão mensal de 20 (vinte) pernoites para a presente contratação bem como a realização de, no máximo, 76 (setenta e seis) horas extraordinárias para os dias normais e 04 (quatro) horas extraordinárias para domingos e feriados.

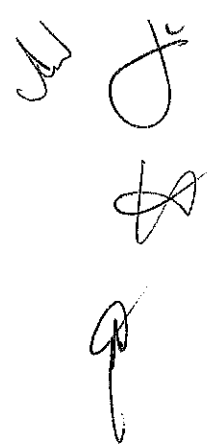
### 3.3 DA RENOVAÇÃO DA FROTA

**3.3.1** Todos os veículos devem ser substituídos de imediato e de forma automática, por veículos "zero quilômetro", nas mesmas condições da entrega inicial, quando completarem 30 (trinta) meses de uso, a contar do primeiro licenciamento.

### 3.4 DO DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS

**3.4.1** Os serviços serão prestados nos locais, quantidades e nas frequências relacionadas, devendo a **CONTRATADA** ter disponibilidade para remanejamentos, quando solicitado pela **CONTRATANTE**, em qualquer cidade no âmbito do Estado de São Paulo;

**3.4.2** A prestação de serviço de transporte, mediante disponibilização de veículos com condutor e combustível, nos locais e horários fixados pela **CONTRATANTE**,





envolve veículo adequado e Mão de Obra capacitada para sua perfeita execução;

- 3.4.3** O horário de apresentação do condutor e veículo no local de partida deverá anteceder, no mínimo, 15 (quinze) minutos ao horário programado;
- 3.4.4** Os itinerários e os horários pré-determinados somente poderão ser alterados de comum acordo com a **CONTRATANTE** e sempre que forem necessários em decorrência de obras e/ou impedimentos temporários e/ou mudanças no sentido de tráfego;
- 3.4.5** O condutor e o veículo deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN/SP.
- 3.4.6** O condutor deverá assumir diariamente o veículo, devidamente uniformizado, portando crachá de identificação individual, com aparência pessoal adequada e estar capacitado para:
- a) Comparecer, imediatamente, sempre que convocado, ao local designado pela **CONTRATANTE**, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados à prestação dos serviços;
  - b) Portar rádio de comunicação ou telefone móvel;
  - c) Manter no interior do veículo Sistema de Posicionamento Global (GPS);
  - d) Contatar diariamente o gestor da **CONTRATANTE**, mantendo-a informada de todos os detalhes da prestação dos serviços, bem como de quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final da prestação dos serviços;
  - e) Cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pela **CONTRATANTE**, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir a boa e regular prestação dos serviços;
  - f) Manter registro de todas as ocorrências, verificando-as no transcorrer da jornada de trabalho e comunicando-as posteriormente à **CONTRATANTE**;
  - g) Manter os veículos devidamente abastecidos, obrigatoriamente com combustível etanol, conforme Decreto estadual n.º 59.038, de 03 de abril de 2013, preferencialmente mediante a utilização de cartão magnético de gerenciamento de combustível ou outro instrumento destinado para tal fim; exceto vans que devem ser abastecidas preferencialmente com diesel, Gás Natural e Biocombustíveis, atendidas as normas da Agência Nacional do Petróleo;
  - h) Controlar as requisições de serviços de transporte recebidas dos diversos departamentos da **CONTRATANTE**.
  - i) Excepcionalmente, poderá haver solicitação de serviços fora dos dias e horários estabelecidos, mediante requisição prévia da **CONTRATANTE**. Neste

caso, as horas trabalhadas fora dos dias e horários previstos, serão remuneradas como extraordinárias.

**3.4.7** O uniforme do condutor deverá seguir o padrão da **CONTRATADA**. Caso não haja um padrão específico, deverá conter, preferencialmente, calça social na cor azul marinho, camisa social branca com logotipo da **CONTRATADA** no bolso, sapato tipo mocassim preto e blusa de lã acrílica na cor azul marinho.

**3.4.8** O crachá de identificação deverá conter o nome da **CONTRATADA**, número de registro, função e fotografia do empregado portador.

### **3.5 DA MANUTENÇÃO**

**3.5.1** Todos veículos alocados deverão receber a adequada e devida manutenção preventiva e corretiva;

**3.5.2** A **CONTRATADA** deverá prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro do veículo locado;

**3.5.3** Substituir o veículo locado no prazo máximo de 03 (três) horas, a partir da comunicação da **CONTRATANTE**, em razão de acidentes, revisão, reparos mecânicos, má conservação e condição de segurança na Capital do Estado e na Grande São Paulo e no prazo máximo de 12 (doze) horas se o chamado ocorrer, quando em viagem, no interior do Estado. Nessa última hipótese, a **CONTRATADA** poderá autorizar a **CONTRATANTE** a retirar veículo igual ou similar junto à outra empresa do ramo existente na localidade;

**3.5.4** A **CONTRATADA** deverá arcar com as despesas relativas à troca de óleo/lubrificantes, filtros e demais suprimentos, necessários ao fiel cumprimento do objeto sob o contrato.

### **3.6 DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

**3.6.1** A responsabilidade pela Manutenção Preventiva do veículo objeto da contratação será da **CONTRATADA**, devendo ser realizada nas periodicidades recomendadas pelas respectivas montadoras e constantes do Manual do Proprietário de cada veículo.

### **3.7 DA MANUTENÇÃO CORRETIVA**

**3.7.1** A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessário para substituição de um componente do veículo por desgaste ou por quebra do mesmo;

**3.7.2** A **CONTRATADA** deverá arcar com todos os custos decorrentes de acidentes e avarias, mantendo, para isso, seguro com cobertura total contra colisão, incêndio, roubo e terceiros, incluindo-se o pagamento da franquia;

**3.7.3** A **CONTRATADA** deverá assumir integral e absoluta responsabilidade pelos serviços prestados, desobrigando a **CONTRATANTE** de qualquer ônus, encargos, deveres e responsabilidade por defeitos, vícios aparentes ou ocultos, ou funcionamento insatisfatório dos aludidos bens e acidentes não cobertos pelo seguro citado no subitem anterior.

### 3.8 RELATÓRIOS

No final de cada mês a **CONTRATADA** deverá fornecer, preferencialmente, em meio eletrônico, os seguintes relatórios individualizados por veículo, indicando:

- 3.8.1 Relatório de atendimentos realizados, com nome do condutor e do usuário, tempo de utilização e quilometragem rodada.
- 3.8.2 Relatório de manutenção preventiva, indicando a intervenção realizada em cada veículo, mostrando a quilometragem e a data da realização.
- 3.8.3 Relatório de ocorrências no mês, indicando os veículos parados por problemas de manutenção.
- 3.8.4 Relatório mensal de quilometragem rodada e de consumo por tipo de combustível por veículo.
- 3.8.5 Relatório mensal de estadias e refeições do condutor, no caso de viagens realizadas.

### 3.9 SUPERVISÃO

A **CONTRATADA** deverá designar, sem qualquer ônus adicional, preposto para a realização da supervisão dos serviços, não podendo tal atividade recair sobre nenhum dos motoristas, atuando em consonância com o gestor do contrato designado pela **CONTRATANTE**, para plena e satisfatória execução das ações administrativas e operacionais da frota, tais como:

- 3.9.1 Orientação e supervisão dos motoristas;
- 3.9.2 Elaboração da programação de horários de motoristas para atendimentos das requisições de serviços;
- 3.9.3 Controle de manutenção e limpeza dos veículos;
- 3.9.4 Controle de frequência dos motoristas;
- 3.9.5 Controle, em conjunto com o gestor, das requisições de viagens;
- 3.9.6 Emissão de relatórios gerenciais contendo a consolidação das informações do item 3.8.

### 4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das disposições das cláusulas e em cumprimento das suas obrigações contratuais, além das decorrentes de lei e de normas regulamentares constituem obrigações específicas da **CONTRATADA**:

- 4.1 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase da licitação;

- 4.2 Disponibilizar os veículos imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, nos locais e horários fixados pela **CONTRATANTE**, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme o estabelecido;
- 4.3 Encaminhar, no ato de início dos serviços, a cópia da nota fiscal de cada veículo disponibilizado para a prestação dos serviços;
- 4.4 Disponibilizar veículos licenciados obrigatoriamente no Estado de São Paulo, conforme estabelece o Decreto estadual nº 51.479, de 11.01.2007;
- 4.5 Disponibilizar veículos com numeração final de placa diferenciada, com vistas a minimizar a interrupção de uso nos dias de rodízio municipal de veículos na Cidade de São Paulo, conforme legislação específica;
- 4.6 Assegurar que os veículos permaneçam à disposição da **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, não podendo ser utilizados para outros fins;
- 4.7 Disponibilizar veículos abastecidos em sua capacidade máxima, em perfeitas condições de segurança, higiene e limpeza e conforme as especificações do fabricante;
- 4.8 Lavar, aspirar e higienizar os veículos na frequência necessária à permanência dos mesmos em ótimo estado de conservação pela **CONTRATADA**. Os produtos e equipamentos utilizados para este fim serão suportados pela **CONTRATADA**;
- 4.9 Responsabilizar-se pelo abastecimento de combustível, preferencialmente mediante a disponibilização de cartão magnético de gerenciamento de combustível ou outro instrumento destinado para tal fim;
- a) Abastecer os veículos *flex* obrigatoriamente com etanol, conforme Decreto Estadual nº 59.038, de 03 de abril de 2013.
- 4.10 Abastecer os veículos somente em postos que não estejam relacionados em publicação no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", nos termos da Lei estadual nº 11.929, de 12 de abril de 2005 e Lei estadual nº 12.675, de 13 de julho de 2007 regulamentada pelo Decreto estadual n.º 53.062, de 05 de junho de 2008;
- 4.11 Responsabilizar-se por todos os encargos relativos aos veículos, como IPVA, seguro obrigatório e taxa de emplacamento, inclusive as despesas e outros ônus provenientes de infração às leis do trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido causadas por dolo ou culpa da **CONTRATADA**;
- 4.12 Manter os veículos assegurados contra roubo, furto, danos materiais e pessoais, inclusive de terceiros, cobertura total para caso de destruição total ou parcial do bem, durante todo o prazo de vigência contratual, iniciando-se a partir do primeiro dia em que o veículo for entregue e colocado à disposição da **CONTRATANTE**;

- 4.13 Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro do veículo locado, por intermédio de sistema de comunicação a ser informado no ato de entrega do veículo;
- 4.14 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos, inclusive as de reparo mecânico necessários à sua manutenção ou decorrente de acidente, troca de óleo, lubrificantes, inclusive o abastecimento de combustível;
- 4.15 Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria, lubrificação, bem como, substituição de pneus e das peças desgastadas mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene;
- 4.16 Substituir todos os veículos de imediato e de forma automática, por veículos "zero quilômetro", nas mesmas condições da entrega inicial, quando completarem 30 (trinta) meses de uso, a contar do primeiro licenciamento
- 4.17 Substituir os veículos locados no prazo máximo de 03 (três) horas, a partir da comunicação da **CONTRATANTE**, em razão de acidentes, revisão, reparos mecânicos, má conservação e condição de segurança na Capital do Estado e na Grande São Paulo e no prazo máximo de 12 (doze) horas se o chamado ocorrer, quando em viagem, no interior do Estado. Nessa última hipótese, a **CONTRATADA** poderá autorizar a **CONTRATANTE** a retirar veículo igual ou similar junto a outra empresa do ramo existente na localidade;
- 4.18 Substituir o veículo nas condições não previstas no item anterior, quando solicitado por escrito pelo Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir do recebimento de notificação;
- 4.19 Entregar e retirar os veículos substituídos sem cobrança de taxa adicional;
- 4.20 Autorizar a **CONTRATANTE** colocar nos veículos seus adesivos com logotipos;
- 4.21 Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário;
- 4.22 Observar a legislação pertinente aos serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho, relativos aos trabalhadores sob o contrato, responsabilizando-se integralmente por eventuais ocorrências inerentes à matéria;
- 4.23 Comunicar ao preposto da **CONTRATANTE**, conforme o caso requeira, sobre fatos como obras e/ou impedimentos temporários e mudanças no sentido de tráfego, que impliquem na alteração de itinerários e horários;
- 4.24 Selecionar e preparar rigorosamente seus empregados que irão prestar os serviços, encaminhando à **CONTRATANTE** os condutores com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima de 03 (três) anos na função;

- 4.25 Comprovar formação técnica e específica dos condutores dos veículos, mediante apresentação de habilitação expedida pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN;
- 4.26 Manter em serviço somente profissionais capacitados, portando crachá de identificação individual, do qual deverá constar o nome da **CONTRATADA**, nº de registro, função e fotografia do empregado portador;
- 4.27 Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho e comprometer-se que os mesmos manterão o devido respeito e cortesia, no relacionamento com o pessoal da **CONTRATANTE**, observando o controle do regimento do trabalho e descanso dos condutores, acompanhando e comprovando sua saúde física e mental;
- 4.28 Não permitir que qualquer condutor se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica (Lei federal nº 11.705/2008);
- 4.29 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;
- 4.30 Providenciar treinamento e reciclagem necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados;
- 4.31 Efetuar a substituição do condutor, em até 2 (duas) horas, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- 4.32 Comunicar à **CONTRATANTE**, quando da transferência e/ou retirada e substituição de condutores dos itinerários ou dos serviços;
- 4.33 Manter controle de frequência/ pontualidade de seus empregados;
- 4.34 Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação da **CONTRATANTE**, sem ônus para seus empregados;
- 4.35 Fornecer vale-refeição e cesta básica aos seus empregados envolvidos na prestação dos serviços;
- 4.36 Fornecer obrigatoriamente aos empregados alocados no contrato todos os benefícios previstos no acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho em vigor;
- 4.37 Assegurar que todo o empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não será mantido em serviço;
- 4.38 Atender, de imediato, às solicitações da **CONTRATANTE** quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

- 4.39 Comunicar à **CONTRATANTE** toda vez que ocorrer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer integrante da equipe que esteja prestando serviços a **CONTRATANTE**. No caso de substituição ou inclusão, a **CONTRATADA** anexará os respectivos currículos, ficando a cargo da **CONTRATANTE** aceitá-los ou não;
- 4.40 Apresentar à **CONTRATANTE**, sempre que exigido, comprovantes de pagamento de salários, apólices de seguro contra acidente de trabalho e apólices de seguro do casco, contra terceiros e danos pessoais, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço da **CONTRATANTE**, por força desse contrato;
- 4.41 Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, de sua responsabilidade;
- 4.42 Responsabilizar-se civil e criminalmente, pelos danos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato;
- 4.43 A **CONTRATADA**, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária deve proceder as anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a **CONTRATADA**;
- 4.44 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito e ambientais, durante a execução do contrato;
- 4.45 Disponibilizar veículos e condutores em quantidades necessárias para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;
- 4.46 Manter atualizada e em ordem a documentação relativa ao veículo e sempre estar de posse do condutor;
- 4.47 Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar a **CONTRATANTE**, por meio de líder ou diretamente quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços;
- 4.48 A **CONTRATADA** deve observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional.
- 4.49 Para os serviços prestados dentro do município de São Paulo, observar a legislação vigente quanto ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em uso, em especial as Leis Municipais nos. 11.733/95; 12.157/96; 14.717/08; 15.688/13, os Decretos Municipais nº 50.232/08 e nº 53.989/13 e a Portaria 9/13 – SVMA.

**4.49.1** A **CONTRATADA** deve manter na frota destinada a este contrato apenas veículos devidamente aprovados na inspeção veicular.

**4.50** Cumprir as demais obrigações e responsabilidades que estão dispostas no Termo de Contrato.

## **5. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS**

**5.1.** Executar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas;

**5.1.1** Manter a regulagem dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente;

**5.1.2** A constatação de inadimplemento dessas exigências ensejará a substituição imediata desses veículos, sob pena de sanções ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades constantes da legislação que rege a matéria, normas brasileiras aplicáveis e manuais de proprietários e serviços de veículo;

**5.1.3** Implementar soluções tecnológicas que permitam melhorias do controle de emissão de gases poluentes na atmosfera;

**5.1.4** Manter os veículos automotores de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possam resultar em níveis de emissão sonora superiores aos dos padrões aceitáveis nos termos da legislação vigente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo;

**5.1.5** Os veículos deverão, obrigatoriamente, estar equipado com catalisador ou outro equipamento que o substitua para controle de emissão de gases poluentes na atmosfera.

**5.2** Observar a legislação vigente sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA e Secretaria do Meio Ambiente/SP, destacando-se a Lei federal n.º 8.723/93, com redação dada pela Lei n.º 10.203/01, a Resolução CONAMA n.º 16/93, a Portaria IBAMA n.º 85/96, a Lei estadual n.º 997/76 e os Decretos estaduais n.º 8.468/76 e n.º 59.113/13 com suas respectivas alterações;

**5.3** Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos eventualmente movidos a óleo Diesel que integrem a frota utilizada na presente prestação dos serviços, sob pena de rescisão contratual;

**5.4** Utilizar veículos movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, visando a redução efetiva de emissões poluidoras à atmosfera;



- 5.5 Manter os veículos envolvidos indiretamente na execução dos serviços, como no apoio e supervisão dos serviços, prioritariamente aqueles classificados como "A" ou "B" pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) considerando-se sua categoria, visando à utilização mais eficiente de combustível e a redução de poluentes atmosféricos e gases de efeito estufa;
- 5.6 Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos especialmente quanto à aquisição e descarte de pneus, bem como dos resíduos dos processos de manutenção e limpeza dos veículos;
- 5.6.1 Observar as disposições contidas na Lei estadual nº 14.186, de 15.07.2010 quanto à destinação final das embalagens de óleos lubrificantes.
- 5.7 Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada e segura, em conformidade com Resolução CONAMA nº 416, de 30.09.2009.
- 6. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**
- 6.1 Indicar o responsável pela gestão do contrato, a quem competirá a fiscalização dos serviços, a qualquer instante, solicitando à **CONTRATADA**, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento;
- 6.2 Garantir instalações para a guarda e estacionamento dos veículos envolvidos;
- 6.3 Esclarecer dúvidas com relação aos serviços a serem prestados;
- 6.4 Fornecer os itinerários e horários de partida e chegada;
- 6.5 Disponibilizar instalações sanitárias;
- 6.6 Responsabilizar-se por tarifas rodoviárias, hidroviárias e de estacionamentos, quando for o caso, durante a execução do contrato;
- 6.7 Reembolsar à Contratada as eventuais despesas com estadia e refeições do condutor do veículo, em caso de necessidade de pernoite, pelo valor correspondente a 7,23 (sete vírgula vinte e três) UFESPs – Unidade Fiscal do Estado de São Paulo;
- 6.7.1 O valor da UFESP será aquele vigente na data da ocorrência da viagem;
- 6.7.2 A estimativa dessas despesas deverá constar obrigatoriamente do Edital elaborado;
- 6.7.3 O reembolso será feito mensalmente, desde que informado no relatório que acompanha a Nota Fiscal de serviços conforme referido no item 3.8;
- 6.7.4 A **CONTRATANTE** deverá informar à **CONTRATADA**, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, da necessidade de pernoite do motorista;

- 6.8 Arcar com os custos de compra para colocação de adesivos com o logotipo da **CONTRATANTE**;
- 6.9 Utilizar os veículos exclusivamente em vias normais de rodagem;
- 6.10 Garantir que a utilização dos veículos alocados será adstrita às atividades da **CONTRATANTE**;
- 6.11 Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no contrato;
- 6.12 Cumprir as demais obrigações e responsabilidades que estão dispostas no Termo de Contrato.

#### 7. FISCALIZAÇÃO/ CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1 A fiscalização dos serviços pela **CONTRATANTE** não exime, nem diminui a completa responsabilidade da **CONTRATADA**, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais;
- 7.2 A **CONTRATANTE** poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos veículos programados para execução dos serviços e verificar o cumprimento de Normas preestabelecidas no Edital/Contrato;
- 7.3 À **CONTRATANTE** é reservado o direito de solicitar a imediata substituição dos veículos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas. As eventuais substituições durante o contrato deverão ser feitas no padrão equivalente ao estipulado, sem qualquer ônus adicional à **CONTRATANTE**;
- 7.4 Se utilizar do Procedimento de Avaliação da Qualidade dos Serviços, anexo, de pleno conhecimento das partes, para o acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos, medição dos níveis de qualidade e correção de rumos;
- 7.5 A fiscalização da **CONTRATANTE** não deverá permitir que o condutor execute tarefas em desacordo com o objeto contratado;



**ANEXO III**  
**ADENDO**  
**AVALIAÇÃO DA QUALIDADE**

**1. INTRODUÇÃO**

Este documento descreve o procedimento a ser adotado na gestão dos contratos de prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos.

As atividades descritas neste documento deverão ser efetuadas periodicamente pela equipe responsável pela fiscalização/controlar a execução dos serviços, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados, que serão encaminhados ao gestor do contrato.

**2. OBJETIVO**

Definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela **CONTRATADA** na execução dos contratos de prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos.

**3. REGRAS GERAIS**

A avaliação da **CONTRATADA** na Prestação de Serviços de transporte mediante locação de veículos, se faz por meio de análise dos seguintes aspectos:

- a) Desempenho Profissional;
- b) Veículo utilizado; e
- c) Gerenciamento.

**4. CRITÉRIOS**

No formulário "Avaliação de Qualidade dos Serviços", devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondente aos conceitos "Realizado", "Parcialmente Realizado" e "Não Realizado", respectivamente.

**4.1. CRITÉRIOS DA PONTUAÇÃO A SER UTILIZADA EM TODOS OS ITENS:**

Realizado	Parcialmente Realizado	Não Realizado
03 (três) pontos	01(um) ponto	0 (zero) ponto

**4.2. CONDIÇÕES COMPLEMENTARES**

4.2.1. Na impossibilidade de se avaliar determinado item, esse será desconsiderado;

- 4.2.2. Quando atribuídas notas 1 (um) e 0 (zero), a Unidade responsável deverá realizar reunião com a **CONTRATADA**, até 10 (dez) dias após a medição do período, visando proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação;
- 4.2.3. Sempre que a **CONTRATADA** solicitar prazo visando o atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pelo gestor do contrato. Nesse período, esse item não deve ser analisado.

## 5. COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS

### a) Desempenho Profissional:

Item	Percentual de ponderação
Desenvolvimento da Função do Condutor	28%
Assiduidade e Pontualidade	32%
Qualificação / Postura	30%
Uniformes e Identificação	10%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

### b) Veículo utilizado:

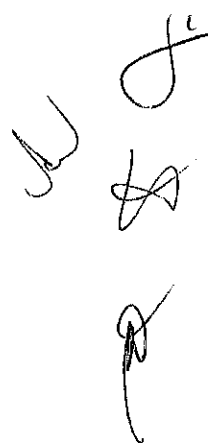
Item	Percentual de ponderação
Características gerais do veículo utilizado e disponibilidade	20%
Manutenção do veículo	20%
Atendimento às normas de segurança	20%
Limpeza e Conservação	20%
Obrigações e Responsabilidades Socioambientais	20%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

### a) Gerenciamento:

Item	Percentual de ponderação
Periodicidade da Supervisão	20%
Gerenciamento das Atividades Operacionais	30%
Atendimento às Solicitações	25%
Salários, Benefícios e Obrigações Trabalhistas	25%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

## 6. PENALIDADES

- 6.1. **Advertência:** na ocorrência de notas 0 (zero) ou 1 (um) por 02 (duas) avaliações subsequentes ou 03 (três) alternadas, no período de 12 (doze) meses, em quaisquer dos aspectos, a **CONTRATADA** poderá sofrer advertência por escrito,



após considerações do gestor do contrato e juntadas cópias das avaliações realizadas no período.

- 6.2. **Multa:** na ocorrência de notas 0 (zero) ou 1 (um) por 03 (três) avaliações subsequentes ou 04 (quatro) alternadas, no período de 12 (doze) meses, em quaisquer dos aspectos, a **CONTRATADA** poderá sofrer multa, segundo cláusula específica contida no Termo de Contrato, após considerações do Gestor do Contrato.
- 6.3. **Sanções:** aplicar a penalidade, se for o caso, em conformidade com a Resolução CC. 52/05.

## 7. RESPONSABILIDADES

### 7.1. Equipe de Fiscalização:

- Responsável pela Avaliação da **CONTRATADA** utilizando-se o **Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços** e encaminhamento de toda documentação ao Gestor do Contrato juntamente com as justificativas, para os itens avaliados com notas 0 (zero) ou 1 (um).

### 7.2. Gestor do Contrato:

- Responsável pela consolidação das avaliações recebidas e pelo encaminhamento das consolidações e do relatório das instalações à **CONTRATADA**;
- Responsável pela aplicação de advertência à **CONTRATADA** e encaminhamento de conhecimento à autoridade competente;
- Responsável pela solicitação de aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à **CONTRATADA**;
- Responsável pela emissão da Avaliação de Desempenho do Fornecedor – Parcial ou Final.

## 8. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

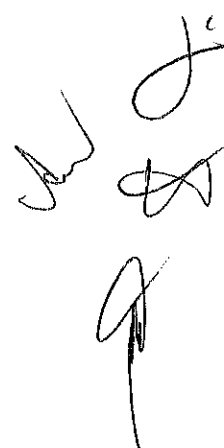
- 8.1. Cabe a cada Unidade, por meio da equipe responsável pela fiscalização do contrato e com base no **Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços**, efetuar o acompanhamento diário do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da **CONTRATADA**.
- 8.2. No final do mês de apuração, a equipe responsável pela fiscalização do contrato deve encaminhar, em até 05 (cinco) dias após o fechamento das medições, os **Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços** gerados no período, acompanhado das justificativas para os itens que receberam notas 0 (zero) ou 1 (um) para o Gestor do Contrato.
- 8.3. Cabe a cada Unidade, por meio do respectivo Gestor do Contrato, mensalmente, e com base em todos os **Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços** gerados durante este período, consolidar a avaliação de desempenho

da **CONTRATADA** frente ao Contrato firmado e encaminhar uma via para a **CONTRATADA**.

- 8.4. De posse dessa avaliação, o Gestor do Contrato deve aplicar na medição seguinte as penalidades cabíveis previstas neste procedimento, garantindo a Defesa Prévia à **CONTRATADA**.
- 8.5. Cabe ao Gestor do Contrato encaminhar mensalmente à **CONTRATADA**, no fechamento das medições, Quadro Resumo demonstrando de forma acumulada e mês a mês, a performance global da **CONTRATADA** em relação aos conceitos alcançados pela mesma.
- 8.6. Cabe ao Gestor do Contrato emitir, mensalmente e quando solicitada, a Avaliação de Desempenho do Fornecedor Parcial ou Final, consultando o Quadro Resumo e conceituando a **CONTRATADA** como segue:
- **Conceito Geral Bom e Desempenho Recomendado:** quando a **CONTRATADA** obtiver nota final superior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos) e ausência de penalidades previstas no item 6;
  - **Conceito Geral Regular e Desempenho Recomendado:** quando a **CONTRATADA** apesar de obter nota final superior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos) já tenha sido penalizada de acordo com o item 6;
  - **Conceito Geral Ruim e Desempenho não Recomendado:** quando a **CONTRATADA** além de obter nota final inferior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos) já tenha sido penalizada de acordo com o item 6.

9. **ANEXOS:**

- 9.1. Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços
- 9.2. Instruções para o preenchimento do Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços
- 9.3. Relatório de Avaliação e Quadro Resumo.



**ANEXO 1**  
**Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços**  
**Serviço de Transporte mediante locação de veículos**

Contrato número:	Unidade:	Período:	Data:
Contratada:			
Responsável pela Fiscalização:			
Gestor do Contrato:			

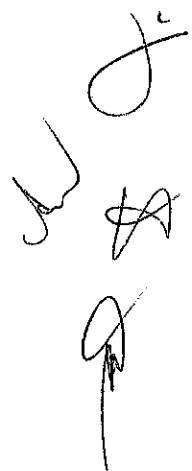
Grupo 1 – Desempenho Profissional	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c=a x b)
Desenvolvimento da Função de Condutor	28%		
Assiduidade e Pontualidade	32%		
Qualificação / Postura	30%		
Uniformes e Identificação	10%		
<b>Total</b>			

Grupo 2 – Veículo Utilizado	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c=a x b)
Características gerais do veículo utilizado e disponibilidade	20%		
Manutenção do veículo	20%		
Atendimento às normas de segurança	20%		
Limpeza e Conservação	20%		
Obrigações e Responsabilidades socioambientais	20%		
<b>Total</b>			

Grupo 3 – Gerenciamento	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c=a x b)
Periodicidade da Supervisão	20%		
Gerenciamento das Atividades Operacionais	30%		
Atendimento às Solicitações	25%		
Salários, Benefícios e Obrigações Trabalhistas	25%		
<b>Total</b>			

**NOTA FINAL (somatória dos grupos 1, 2 e 3)**

Nota:	Assinatura da Fiscalização:	Assinatura do Gestor do Contrato:	Assinatura do Responsável da Contratada:
-------	-----------------------------	-----------------------------------	--





## ANEXO 2

### Instruções para o Preenchimento do Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços

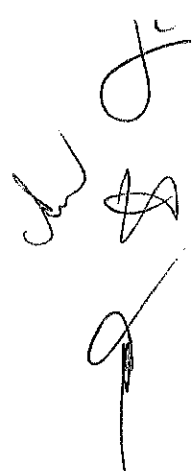
#### Serviço de Transporte mediante locação de veículos

Os itens devem ser avaliados segundo os critérios abaixo.

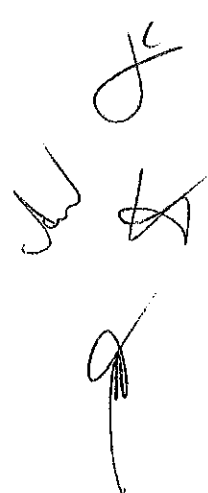
Para cada item que não possa ser avaliado no momento, considerar item NÃO AVALIADO e anexar justificativa.

Grupo 1 – Desempenho Profissional	Notas: Realizado (3), Parcialmente Realizado (1), Não Realizado (0)
Desenvolvimento da Função de Condutor	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cumpre as atividades definidas nas especificações técnicas nos serviços.</li> <li>• Proporciona segurança da viagem e conforto dos passageiros, bem como cumpre a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário;</li> <li>• Demonstra disciplina durante a jornada de trabalho, respeito e cortesia, no relacionamento com o pessoal da CONTRATANTE e passageiros.</li> </ul>
Assiduidade e Pontualidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cumpre integralmente os horários e frequência de trabalho.</li> </ul>
Qualificação / Postura	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conduta dos empregados da CONTRATADA com o cliente;</li> <li>• Comprova condutores com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima de 3 (três) anos na função.</li> <li>• Comprova formação técnica e específica os condutores dos veículos, mediante apresentação de habilitação expedida pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN.</li> <li>• Proporciona reciclagem e capacitação periódica.</li> </ul>
Uniformes e Identificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso de uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento da função, em perfeito estado de conservação e com aparência pessoal adequada.</li> <li>• Fornece crachá de identificação individual, devendo constar o nome da CONTRATADA, número de registro, função e fotografia do portador</li> </ul>

Grupo 2 – Veículo Utilizado	Notas: Realizado (3), Parcialmente Realizado (1), Não Realizado (0)
Características gerais do veículo utilizado e disponibilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibiliza veículos na quantidade relacionada, nos locais indicados pela CONTRATADA.</li> <li>• Cumpre disponibilidade diária de 100% da frota contratada.</li> </ul>





	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atende as características gerais especificadas para o veículo contratado (categoria, capacidade, idade, tipo do veículo, identificação visual, tipo de combustível, ano/ modelo mais atualizado, quando da assinatura do contrato).</li> <li>• Substitui de forma automática os veículos conforme situações estabelecidas.</li> </ul>
Manutenção do Veículo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mantém veículos em perfeito estado de funcionamento.</li> <li>• Executa manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas.</li> <li>• Presta assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, com plantão para atendimento e socorro do veículo locado, por intermédio de sistema de comunicação a ser informado no ato da entrega do veículo.</li> </ul>
Atendimento às normas de segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mantém veículo devidamente habilitado pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN.</li> <li>• Responsabiliza-se por todos os encargos relativos ao veículo, como IPVA, seguro obrigatório e taxa de emplacamento, com exceção das multas provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido causadas por dolo ou culpa da CONTRATANTE.</li> <li>• Mantém os veículos assegurados contra roubo, furto, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros, cobertura total para caso de destruição parcial ou total do bem durante todo o prazo de vigência contratual, iniciado a partir do primeiro dia em que o veículo for entregue e colocado à disposição da CONTRATANTE.</li> </ul>
Limpeza e Conservação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mantém os veículos envolvidos na prestação de serviços devidamente limpos, procedendo a 4 (quatro) lavagens por mês</li> </ul>
Obrigações e Responsabilidades socioambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mantém a regulação dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento aos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.</li> <li>• Disponibiliza os veículos com catalisador ou outro equipamento que o substitua para controle de emissão de gases poluentes na atmosfera.</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utiliza veículos que causam menor impacto ambiental, visando a redução efetiva de emissões poluidoras à atmosfera; movidos a etanol.</li> </ul>
--	--

Grupo 3 – Gerenciamento	Notas: Realizado (3), Parcialmente Realizado (1), Não Realizado (0)																																							
Periodicidade da Supervisão	<ul style="list-style-type: none"><li>• Execução de supervisão por parte na contratada e na periodicidade acordada.</li><li>• Os supervisores da CONTRATADA deverão obrigatoriamente inspecionar a base operacional da frota, no mínimo 1 vez por semana.</li></ul>																																							
Gerenciamento das Atividades Operacionais	<ul style="list-style-type: none"><li>• Administração das atividades operacionais.</li></ul>																																							
Atendimento às Solicitações	<ul style="list-style-type: none"><li>• Atendimento às solicitações da CONTRATANTE conforme condições estabelecidas no contrato.</li><li>• Atendimento às solicitações de assistência (atendimento e socorro do veículo) no prazo contratado.</li></ul>																																							
Salários, Benefícios e Obrigações Trabalhistas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da CONTRATADA segundo o contrato.</li></ul> <table><thead><tr><th>DOCUMENTOS</th><th>INÍCIO PRESTAÇÃO</th><th>ALTERAÇÃO O QUADRO</th><th>COMPROVAÇÃO ANUAL</th><th>COMPROVAÇÃO</th></tr></thead><tbody><tr><td>Contrato trabalho</td><td>X</td><td>X</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Curso de reciclagem e capacitação</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td><td></td></tr><tr><td>Convenção Acordo Sentenças normativas</td><td>X</td><td></td><td>X</td><td></td></tr><tr><td>Registro empregado (livro com número registro e da CPTS)</td><td>X</td><td>X</td><td></td><td></td></tr><tr><td>RAIS</td><td>X</td><td></td><td>X</td><td></td></tr><tr><td>Folha de pagamento férias, 13 salário, recolhimento previdenciário, salário família, vale transporte, vale refeição, cesta básica, auxílio funeral, seguro de vida, auxílio filho excepcional, contribuição sindical)</td><td>X</td><td></td><td></td><td>X</td></tr></tbody></table> <p>Em havendo a rescisão do Contrato de Trabalho de um profissional sob este contrato, e substituição por outro, a Contratada se obriga a apresentar, em relação ao</p>					DOCUMENTOS	INÍCIO PRESTAÇÃO	ALTERAÇÃO O QUADRO	COMPROVAÇÃO ANUAL	COMPROVAÇÃO	Contrato trabalho	X	X			Curso de reciclagem e capacitação	X	X	X		Convenção Acordo Sentenças normativas	X		X		Registro empregado (livro com número registro e da CPTS)	X	X			RAIS	X		X		Folha de pagamento férias, 13 salário, recolhimento previdenciário, salário família, vale transporte, vale refeição, cesta básica, auxílio funeral, seguro de vida, auxílio filho excepcional, contribuição sindical)	X			X
DOCUMENTOS	INÍCIO PRESTAÇÃO	ALTERAÇÃO O QUADRO	COMPROVAÇÃO ANUAL	COMPROVAÇÃO																																				
Contrato trabalho	X	X																																						
Curso de reciclagem e capacitação	X	X	X																																					
Convenção Acordo Sentenças normativas	X		X																																					
Registro empregado (livro com número registro e da CPTS)	X	X																																						
RAIS	X		X																																					
Folha de pagamento férias, 13 salário, recolhimento previdenciário, salário família, vale transporte, vale refeição, cesta básica, auxílio funeral, seguro de vida, auxílio filho excepcional, contribuição sindical)	X			X																																				

	<p>empregado, cujo contrato se extinguir, os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho devidamente homologado quando o trabalhador tiver mais de um ano prestando serviço com a Contratada;</li><li>- Documento de Concessão de Aviso Prévio trabalhado ou indenizado.</li><li>- Recibo de entrega da Comunicação de Dispensa e do Requerimento de Seguro Desemprego;</li><li>- Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS e da Contribuição Social em que conste o recolhimento do FGTS nos casos em que o trabalhador foi dispensado sem justa causa ou em caso de extinção do contrato por prazo indeterminado;</li><li>- Cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) comprovando a realização de exame médico demissional.</li></ul>
--	--

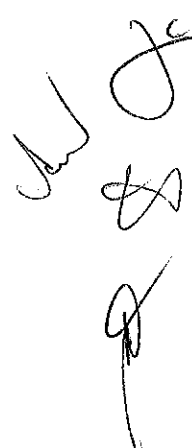
**ANEXO 3**  
**Relatório das Instalações e Quadro Resumo**  
**Serviço de Transporte mediante locação de veículos**

**Relatório das Instalações**

Local de Prestação dos Serviços	Subtotal grupo 1	Subtotal grupo 2	Subtotal grupo 3	Nota Final
<b>Avaliação Global</b>				

**Quadro Resumo**

Grupo	Mês												MÉDIA
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Grupo 1													
Grupo 2													
Grupo 3													
Total													



**ANEXO IV**  
**PORTARIA NORMATIVA Nº 204/2011**

A PRESIDENTE da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA-SP, no uso de sua competência, e

Considerando a necessidade de regulamentar a aplicação de penalidades administrativas pela inexecução total ou parcial de ajustes, ou atraso injustificado no fornecimento de materiais, execução de serviços e obras, por parte de licitantes, adjudicatários ou contratados, no âmbito desta Fundação e que as referidas penalidades devem ser aplicadas na forma prevista no instrumento convocatório.

**DETERMINA:**

**Artigo 1º.** - Caberá ao Diretor da Divisão Regional, nos ajustes a ela vinculados, e ao Diretor Administrativo, nos ajustes vinculados à Sede, pela inexecução total, parcial, ou por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, aplicar ao contratado, as penalidades de advertência, multa e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, sem prejuízo do disposto no §1º do artigo 86, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações.

**Artigo 2º.** - Caberá ao Presidente desta Fundação, pela inexecução total, parcial, ou por atraso injustificado na execução do ajuste, rescindir unilateralmente o contrato ou instrumento equivalente, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas no artigo 1º.

**Artigo 3º.** - As penalidades de multa serão calculadas na forma prevista nos artigos 4º ao 8º.

**Artigo 4º.** - Pela recusa injustificada em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Fundação, será aplicada ao adjudicatário multa de 40% (quarenta por cento) sobre o valor total da compra, serviço ou obra, reajustado até a data da aplicação da penalidade, ou multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para o mesmo objeto.

**Artigo 5º.** - Pela inexecução total do ajuste, será aplicada ao contratado multa compensatória de 50% (cinquenta por cento) calculada sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, reajustado até a data da aplicação da penalidade, ou multa compensatória no valor correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para o mesmo objeto.

**Artigo 6º.** - Pela inexecução parcial do ajuste, será aplicada ao contratado multa compensatória de 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor dos materiais não entregues, dos serviços ou obras não executadas, ou multa compensatória no valor

correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para o mesmo objeto.

**Parágrafo único** - Considera-se inexecução parcial o inadimplemento de cláusulas essenciais do contrato, que comprometa a obtenção do objeto contratual.

**Artigo 7º** - Pelo descumprimento injustificado de prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente para entrega de materiais, execução de etapas ou conclusão de obras e de serviços com prazos determinados, serão aplicadas as seguintes multas moratórias, que incidirão sobre o valor das obrigações não cumpridas:

- I - atraso de 30 dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso;
- II - atraso de 31 a 60 dias, multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, desde o primeiro dia de atraso;

§ 1º - O atraso no cumprimento do contrato que seja superior a 60 (sessenta) dias será considerado inexecução parcial.

§ 2º - Se o material entregue não for aceito pela Fundação, o contratado deverá substituí-lo no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da recusa, sendo o contratado considerado em atraso a partir do dia útil subsequente ao término desse prazo.

**Artigo 8º** - Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial do contrato ou mora no adimplemento, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor faturado mensalmente pelo contratado, correspondente ao mês da ocorrência do ato ou fato irregular. No caso de obras e serviços será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o último valor faturado pela empresa contratada, que corresponde ao mês da ocorrência do ato ou fato irregular.

**Parágrafo único:** As obrigações do 'caput' deste artigo são aquelas que não comprometem diretamente o objeto principal do contrato, mas que ferem critérios e condições nele explicitamente previstos.

**Artigo 9º** - Caberá ao gestor do contrato manifestar-se quanto ao ato irregular praticado pelo contratado, sugerir a penalidade que entender cabível e calcular a multa a ser aplicada.

**Artigo 10** - As multas previstas nesta Portaria serão calculadas pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Inexecução Parcial - multa de 30%

$M = [TX1 \times SD]$

II - Atraso até 30 dias - multa de 0,2%

$M = [TX2 \times (DA \times SD)]$

III - Atraso de 31 a 60 dias - multa de 0,3%

$M = [TX3 \times (DA \times SD)]$

IV - Descumprimento de condições de execução contratual - multa de 5%



$$M = [TX4 \times VM]$$

M = multa

TX1 = 30%

TX2 = 0,2%

TX3 = 0,3%

TX4 = 5%

DA = dias de atraso

SD = saldo devedor

VM = valor mensal do contrato

**Artigo 11** - Instruído na forma prevista no artigo 9º, o procedimento será encaminhado:

I - ao Diretor Administrativo, quando a aplicação da penalidade decorrer de contrato iniciado na Sede desta Fundação, ou;

II - ao respectivo Diretor da Divisão Regional, quando o processo for iniciado em uma das Regionais da Fundação CASA-SP.

§ 1º. - As autoridades referidas neste artigo deverão analisar o ato ou fato irregular, e, mediante ato fundamentado, classificá-lo como inexecução total ou inexecução parcial, ou mero descumprimento de outras obrigações, e, sendo o caso, rescisão contratual.

**Artigo 12** - A contagem dos prazos de entrega ou de execução será feita em dias corridos, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente à data estabelecida no contrato ou instrumento equivalente, configurando-se o atraso a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento deste prazo.

**Parágrafo único.** Somente se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia útil.

**Artigo 13** - As multas previstas nos artigos 6º, 7º e 8º serão descontadas do primeiro pagamento eventualmente devido pela Fundação, ou da garantia do respectivo contrato ou instrumento equivalente, após a publicação da sanção no Diário Oficial.

**Parágrafo único:** Se a multa aplicada for superior ao valor do primeiro pagamento, o excesso será descontado do pagamento seguinte e assim sucessivamente.

**Artigo 14** - O Diretor Administrativo ou o Diretor da Divisão Regional, constatado o descumprimento das obrigações previstas nos artigos 4º, 5º, 6º, 7º e 8º e, após procederem na forma estabelecida no artigo 11, comunicarão a empresa para apresentação de defesa prévia no prazo legal de 05 dias úteis.

I - se neste prazo a empresa manifestar-se expressamente pela concordância na aplicação da penalidade, ou, manter-se inerte, o Diretor Administrativo ou o Diretor da Divisão Regional decidirá sobre a aplicação da sanção e/ou encaminhará ao Presidente para deliberação;



II - após a publicação e, sendo aplicada a penalidade de multa, as autoridades procederão aos encaminhamentos necessários para o desconto de tal valor de eventuais créditos que sejam devidos à empresa;

III - se no prazo concedido, a empresa apresentar defesa, o feito deverá ser remetido à Assessoria Jurídica.

§ 1º. - As defesas apresentadas serão analisadas pela Assessoria Jurídica desta Fundação, que poderá solicitar diligência, encaminhando o procedimento ao Diretor Administrativo ou Diretor da Divisão Regional para esclarecimentos.

§ 2º. - A contratada deverá efetuar o recolhimento do valor da multa no prazo de 05 dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da publicação.

**Artigo 15** - Serão aplicados juros moratórios de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês às multas não recolhidas até o vencimento.

**Parágrafo único:** As multas serão atualizadas anualmente pela UFESP.

**Artigo 16** - Se o pagamento da multa imposta ao contratado não for efetuado extrajudicialmente, dentro do prazo estabelecido no artigo 14, sua cobrança será efetuada judicialmente, nos termos da legislação em vigor.

**Artigo 17** - As penalidades estabelecidas nesta Portaria são autônomas e a aplicação de uma não exclui a aplicação da outra e não impede a rescisão unilateral do ajuste.

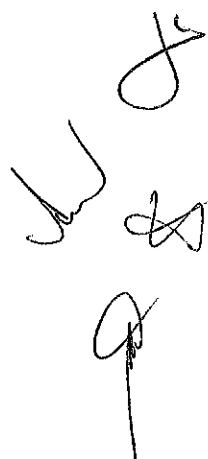
**Parágrafo único:** A aplicação da multa prevista no artigo 7º, de natureza moratória, não impede a aplicação superveniente das multas, de natureza compensatória, prevista nos artigos 5º e 6º, cumulando-se os respectivos valores.

**Artigo 18** - As disposições estabelecidas nesta Portaria deverão constar em todos os instrumentos convocatórios das licitações e em todos os contratos de fornecimento, serviços ou obras inclusive os de fornecimento de materiais, execução de serviços e de obras a serem realizadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 19** - Da aplicação das penalidades previstas nesta Portaria caberá recurso à Presidência da Fundação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do artigo 109 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Parágrafo único:** Os recursos interpostos serão analisados pela Assessoria Jurídica desta Fundação, instruídos, quando necessário, da manifestação dos gestores, do Diretor Administrativo ou do Diretor da Divisão Regional.

**Artigo 20** - Os casos não previstos nesta Portaria serão decididos pelo Diretor Administrativo que poderá, a depender da complexidade da decisão, alçar ao Presidente da Fundação.





**Artigo 21** - Esta Portaria entrará em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação, ficando expressamente revogada a Portaria Normativa nº 064/2003, o inciso VI do artigo 2º da Portaria Administrativa nº 1003/2005 e demais disposições conflitantes.

Dê-se ciência.  
Cumpra-se.  
Publique-se.